FOLHA DE S.PAULO
★★★ UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL
Publicado em 03/05/2023 - 05:59

PF investiga Google; Lira adia votação do PL das Fake News

Câmara adia votar o PL das Fake News para evitar derrota do governo Lula

Executivo e Alexandre de Moraes reagem contra a ofensiva de big techs, mas resistências freiam avanço de projeto entre os deputados

BRASÍLIA O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), adiou nesta terça-feira (2) a votação do PL das Fake News, numa tentativa de evitar a principal derrota da articulação política do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) desde o início do atual mandato.

O adiamento foi decidido em meio à pressão da oposição e após uma reação do governo e do ministro Alexandre de Moraes, do STF (Supremo Tribunal Federal), contra a ofensiva feita por big techs para barrar a proposta.

Lira, que se reuniu com Lula pela manhã, disse à tarde se só pretendia manter a votação do PL se houvesse apoio suficiente. À noite, após o próprio relator do projeto, deputado Orlando Silva (PC do B-SP), pedir, o presidente da Câmara confirmou o adiamento —sem marcar nova data para a apreciação no plenário.

Questionado se o adiamento poderia enterrar a proposta, Lira negou: "O que enterra é a derrota. A derrota enterra".

A decisão na Câmara ocorre após pressão de empresas como Google e Meta, assim como da bancada evangélica e do bolsonarismo, que apelidaram o texto de "PL da Censura".

A urgência do PL foi aprovada na última terça (25) por 238 votos a favor e 192 contrários. Acordo feito por líderes partidários sinalizava a votação do mérito nesta terça. Ao longo da semana, no entanto, a resistência ao projeto foi crescente.

Para tentar contornar os entraves, Orlando Silva amenizou o texto e incluiu dispositivo para tentar assegurar que conteúdos postados por religiosos e seus fiéis não fossem derrubados por plataformas por serem considerados ofensivos à população LGBTQIA+.

O relator ainda retirou a previsão de uma agência reguladora, entidade que a oposição vinha apelidando de Ministério da Verdade. Deputados viam risco de interferência ideológica na agência, com a retirada de conteúdos de opositores.

Mesmo após as mudanças, muitas bancadas ainda se mostravam divididas sobre a votação do texto, caso do PSD, do MDB e do Podemos.

Nesta terça, após pedir adiamento, Orlando Silva disse que, "mesmo após todos os encontros e ouvindo todas as bancadas", não houve tempo útil para examinar todas as sugestões.

O deputado pediu mais tempo para incorporar as sugestões feitas, "de modo que possamos ter uma posição que unifique o plenário da Câmara num movimento de combater desinformação, garantir liberdade de expressão, responsabilidade para as plataformas e transparência na internet".

Como mostrou a **Folha**, o Google lançou uma ofensiva contra o PL das Fake News.

Levantamento do NetLab, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, sugere que a empresa vinha privilegiando nos resultados de buscas sobre o projeto de lei conteúdo contrário à sua aprovação. Também tinha publicado alertas no YouTube sobre "impacto negativo" para os criadores e enviado mensagens a youtubers a respeito.

Nesta terça, o ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino (PSB), anunciou medida cautelar que obriga o Google a informar se tratar de uma publicidade o link que estava em sua página inicial com os dizeres "O PL das fake news pode aumentar a confusão sobre o que é verdade ou mentira no Brasil". O link foi retirado do ar minutos depois.

O presidente da Câmara, Arthur Lira, na sessão desta terça (2) em que adiou a votação do PL 2.630 Lula Marques/Agência Brasil

Além disso, segundo o governo federal, o Google deveria fazer uma contrapropaganda mostrando os benefícios do projeto de lei, sob risco de multa de R$ 1 milhão por hora.

Na segunda (1º), o Google fixou logo abaixo da caixa de busca em seu site um link com os dizeres: "O PL das fake news pode piorar sua internet". O link, agora retirado, direcionava para um post do blog do Google com críticas ao projeto.

À **Folha** a empresa negou que estivesse privilegiando links contra o PL em seu buscador e disse que seus sistemas de ranqueamento se aplicam para todas as páginas da web, incluindo aquelas que administra.

Sobre o link contra a proposição, a plataforma afirmou tratar-se de recursos já utilizados em outras ocasiões, "incluindo para estimular a vacinação durante a pandemia e o voto informado nas eleições".

O governo Lula tentou garantir a aprovação, mas ao longo de terça não reuniu os votos necessários. Na manhã de terça, Lira foi ao Palácio da Alvorada para uma reunião com Lula. O deputado permaneceu no Alvorada por cerca de 45 minutos. Após o encontro, o presidente recebeu ministros do núcleo político, entre eles Alexandre Padilha (Relações Institucionais) e Rui Costa (Casa Civil). Também estavam lá os líderes do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), e na Câmara, José Guimarães (PT-CE).

Horas depois, o petista disse que não iria interferir na tramitação do PL das Fake News. "Não sei [se PL será votado]. Eu procuro não me meter muito na questão da Câmara, porque conversar com um já é difícil, imagina conversar com 513 [deputados]. Deixa a Câmara decidir a hora que vai votar. E vamos aguardar o resultado."

A reação contra as big techs não se limitou ao governo federal. Na tarde desta terça, Alexandre de Moraes determinou que a Polícia Federal tome depoimentos dos "presidentes ou equivalentes" de Google, Meta e Spotify, além da produtora de cunho conservador Brasil Paralelo, sobre a atuação deles contra o PL das Fake News.

O ministro disse que o objetivo é esclarecer as razões de os dirigentes dessas empresas terem autorizado a utilização de mecanismos que, segundo o ministro, podem constituir abuso de poder econômico.

O ministro solicitou que essas empresas procedam à remoção integral de todos os anúncios e textos veiculados, propagados e impulsionados a partir do blog oficial do Google e com ataques ao projeto.

Moraes determinou as oitivas no âmbito do inquérito das fake news. Ele citou a possível prática pelas big techs de "ilícita contribuição com a desinformação praticada pelas milícias digitais nas redes sociais".

Para o ministro, não é crível, após as eleições e os atos golpistas de 8 de janeiro, que os provedores de redes sociais e de serviços de mensagem privada "não tenham total consciência de sua instrumentalização por diversas milícias digitais para divulgar, propagar e ampliar inúmeras práticas ilícitas nas redes sociais".

Em outra frente, o Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) abriu procedimento preparatório de inquérito administrativo para apurar o suposto abuso de posição dominante por parte do Google e da Meta. A decisão foi tomada após o recebimento de denúncias de que as duas companhias estariam usando indevidamente as plataformas Google, YouTube, Facebook e Instagram para campanhas em desfavor do projeto de lei.

A autarquia vai apurar se houve abuso de posição dominante no uso do algoritmo para tomar medidas visando benefício próprio e menciona notícias veiculadas pela imprensa.

O Ministério Público Federal em São Paulo expediu ofício nesta segunda cobrando explicações do Google.

A votação do PL das Fake News ganhou força no governo Lula após os ataques golpistas de 8 de janeiro e depois dos ataques a escolas em São Paulo e em Blumenau (SC).

O texto traz obrigações às plataformas de redes sociais e aplicativos de mensagem, como a moderação de conteúdo.

O Google suspendeu sua campanha com textos críticos ao PL 2.630 após a decisão de Moraes. **Danielle Brant, Victoria Azevedo, Ranier Bragon, Raquel Lopes, Constança Rezende e Renato Machado**

ENTENDA O PROJETO

Quais os principais pontos do texto?
O dever das plataformas de vetar contas inautênticas, a obrigatoriedade de divulgar relatórios de moderação e multa de até 10% do faturamento do grupo no Brasil em caso de descumprimento da lei

O que deve ser incluído para votação na Câmara?
A punição às big techs por conteúdos que violem a Lei do Estado Democrático, sua responsabilidade por publicações impulsionadas, a transparência dos algoritmos e a remuneração de conteúdos jornalísticos

Qual deve ser o trâmite do PL?
Orlando Silva protocolou sue relatório final na quinta (27), mas nesta terça (2) a votação do PL foi adiada. Se o projeto for aprovado, deve ser novamente avaliado pelo Senado antes de seguir à sanção presidencial

O que dizem as plataformas?
Pedem a criação de uma comissão especial para o tema. Criticam sua responsabilização por conteúdos de terceiros, o que poderia induzir, dizem, a "censura privada"

Quais são as outras controvérsias em torno da proposta?
O relator retirou do texto a criação de uma agência de supervisão das plataformas e explicitou o exercício de cultos religiosos e a "exposição plena" de seus dogmas e livros sagrados

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Folha de S. Paulo

Seção: Política **Caderno:** A **Pagina:** 4

Copyright © Clipclap 2025.